

JUCESP



JUCESP PROTOCOLO
2.237.924/24-7

BENNER SISTEMAS S.A.
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CNPJ 02.288.055/0004-17
NIRE 35300575709



DATA, HORA E LOCAL: Realizada aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho de 2024, às 10h00min, na sede da Companhia, localizada na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1681, sala 41-B, Bairro Cidade Monções cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04571-011.

CONVOCAÇÃO: A convocação da Assembleia foi publicada no Diário de Notícias em sua parte de Publicidade Legal, nos dias 13, 14 e 15 do mês de junho de 2024. Os acionistas declaram estar cientes da hora, local e data da Assembleia Extraordinária. Presentes os acionistas representando o montante de 99,985% do total acionário.

MESA: Assumiu a Presidência dos trabalhos, o Sr. Severino Benner, que convidou a mim, Dra. Bruna Rondelli para secretariá-lo.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre:

- a) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

DELIBERAÇÕES: Instalada a Reunião e dado início às matérias indicadas na Ordem do Dia, os acionistas deliberaram o quanto segue, por unanimidade de votos:

- a) A eleição dos Srs. (i) **LUCRÉCIA CRISTINA ARAÚJO DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 1522252 SSP/DF, inscrita no CPF sob o nº 647.910.091-34, domiciliada na Rua Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1.681, 4º andar, sala 42-A, Bairro Cidade Monções, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, SP, CEP: 04.571-011, para o cargo de Membro do Conselho de Administração, (ii) **SEVERINO BENNER**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade RG nº 57.572.146-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 418.097.269-72, domiciliado na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1681, 4º andar, Condomínio Edifício Berrini, Estado de São Paulo, CEP: 04571-011, para o cargo de Membro do Conselho de Administração, e (iii) **ROBSON GRIPA**, brasileiro, casado pelo regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.066.364-4 - SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 891.165.939-87, residente e domiciliado na Rua Daniel Pfaffendorf, 645, Bairro Vila Nova, Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89.035-207, para o cargo de Membro do Conselho de Administração

a1) Afirmar que os Membros do Conselho de Administração ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem foram condenados ou estão sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Declaram, ainda, que atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º, do Art. 147, da Lei nº 6.404/76. Por

JUCESP
BENNER SISTEMAS S.A.
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
CNPJ 02.288.055/0004-17
NIRE 35300575709

fim, declaram, nos termos do §4º, do Art. 147, da Lei nº 6.404/76, não ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não ter, nem representar, interesse conflitante com os da Companhia, na forma dos incisos I e II, do §3º, do Art. 147, da Lei nº 6.404/76.

a2) afirmar que os Membros do Conselho de Administração ora eleitos serão investidos em seus respectivos cargos, mediante a assinatura, dentro do prazo legal, do Termo de Posse, lavrado no Livro de Atas de Reunião da Diretoria.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

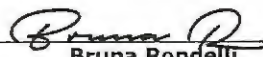
ASSINATURAS: Presidente: **Severino Benner.** Secretária: **Bruna Rondelli.** Acionistas Presentes: Gestione Administração e Participações S/A.

Confere com o original, lavrado em livro próprio.
São Paulo, 24 de junho de 2024.

Mesa:



Severino Benner
Presidente



Bruna Rondelli
Secretária

Acionistas: 

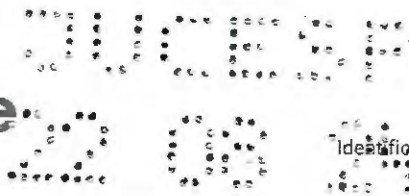
Severino Benner



Lucrécia Cristina Araujo de Oliveira
Gestione Administração e Participações S.A.



autentique



Autenticação eletrônica 3/3
Data e horários em GMT -3:00 São Paulo
Última atualização em 06 ago 2024 às 17:05
Identificador: f70ded00f55eac9444933827a5c07808a1876e01d058b4219

Página de assinaturas

Bruna Rondelli
342.524.688-76
Signatário

Lucrecia Oliveira
647.910.091-34
Signatário

Severino Benner
BENNER SISTEMAS S.A.
Signatário

HISTÓRICO

26 jul 2024 16:50:42		Jennifer Vitoria criou este documento. (Email: jennifervitoriarlc@gmail.com)
01 ago 2024 16:32:38		Severino Benner (Empresa: BENNER SISTEMAS S.A., Email: severino@benner.com.br, CPF: 418.097.269-72) visualizou este documento por meio do IP 177.69.118.185 localizado em Brazil
06 ago 2024 17:05:49		Severino Benner (Empresa: BENNER SISTEMAS S.A., Email: severino@benner.com.br, CPF: 418.097.269-72) assinou este documento por meio do IP 177.69.118.185 localizado em Brazil
29 jul 2024 09:36:30		Bruna Rondelli (Email: bruna.rondelli@ogfadvogados.com.br, CPF: 342.524.688-76) visualizou este documento por meio do IP 177.69.118.185 localizado em Brazil
29 jul 2024 09:38:13		Bruna Rondelli (Email: bruna.rondelli@ogfadvogados.com.br, CPF: 342.524.688-76) assinou este documento por meio do IP 177.69.118.185 localizado em Brazil
29 jul 2024 09:06:52		Lucrecia Cristina Araujo de Oliveira (Email: lucrecia.oliveira@benner.com.br, CPF: 647.910.091-34) visualizou este documento por meio do IP 177.69.118.185 localizado em Brazil
05 ago 2024 16:33:39		Lucrecia Cristina Araujo de Oliveira (Email: lucrecia.oliveira@benner.com.br, CPF: 647.910.091-34) assinou este documento por meio do IP 177.69.118.185 localizado em Brazil



Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 7e0f9370855b43344ee85e4cef6fe350faf80882aaa16be5a812835de4a0090f
<https://valida.ae/f70ded00f55eac9444933827a5c07808a1876e01d058b4219>



BENNER SISTEMAS S.A.

CNPJ Nº. 02.288.055/0004-17

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas desta Sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 24 de junho de 2024, às 10h00min, na sede social da empresa na Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 1681, 4 andar, sala 41-B, na cidade de São Paulo - SP, ou poderão participar via vídeo conferência, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (I) Reeleição do conselho de administração e (II) demais assuntos. São Paulo/SP, 12 de junho de 2024. A Diretoria.

JORNAL EMPRESAS
E NEGOCIOS

LTDA:0568734300
0190

Assinado de forma digital
por JORNAL EMPRESAS E
NEGOCIOS

LTDA:05687343000190
Dados: 2024.06.12
18:53:27 -03'00'



https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade_legal/benner-sistemas-s-a-assembleia-geral-ordinaria-24-de-junho-de-2024-as-10h/



Brasil abriu mais de 60 milhões de empresas, aponta pesquisa

Segundo pesquisa realizada pela BigDataCorp, líder em análise de dados na América Latina, o Brasil ultrapassou a marca de mais de 60 milhões de CNPJ registrados ao longo da história do país

Atualmente, 36,35% desses registros estão ativos, indicando um mercado dinâmico onde novas empresas nascem e outras despedem, mantendo o ecossistema empresarial em constante renovação.

A maioria das empresas ativas são Matrizes, com 94,50%, e apenas 5,50% são Filiais. Os dados são de abril de 2024. As Micro Empresas (ME) representam 77,9% do mercado, e a maioria delas são empresas individuais (MEIs), que somam 75,62%. Tirando os MEIs, a maioria das empresas tem dois sócios. Isso destaca a importância dos pequenos empreendedores para a economia nacional.

O capital social declarado pelas empresas ativas soma um total de R\$ 21 trilhões. Esse número representa o investimento dos empreendedores na economia do país, na forma do dinheiro investido para começar os negócios. Se olharmos para todos os 60 milhões de CNPJs, incluindo as empresas que já encerraram suas atividades, esse número sobe para quase R\$ 185 trilhões.

Os dados revelam que o mês de setembro de 2020 foi o período de maior crescimento, com um saldo positivo de 797.053 novas empresas. Por outro lado,



fevereiro de 2021 registrou o maior número de fechamentos de empresas, com um total de 666.031 negócios encerrados. Este alto índice de fechamento de empresas pode ser atribuído a uma série de fatores, incluindo a persistência dos desafios econômicos e as dificuldades enfrentadas por empresas em se manterem operacionais durante a pandemia.

Para Thoran Rodrigues, CEO da BigDataCorp, a marca de 60 milhões de CNPJs reflete a energia e a capacidade de inovação do empreendedor brasileiro. "Cada CNPJ é uma semente plantada que pode florescer em um negócio próspero, contribuindo para a economia e a sociedade. É essencial reconhecermos a diversidade e a resiliência do nosso mercado", comenta o executivo.

O estado de São Paulo continua a ser o epicentro

dos negócios no Brasil, com 30,9% das empresas ativas. Minas Gerais aparece em segundo lugar, com 10,42%, tendo ultrapassado o Rio de Janeiro (8,4%) e demonstrando a expansão do empreendedorismo para além das fronteiras tradicionais.

A idade média das empresas ativas é de 8 anos, com uma taxa de mortalidade que aumenta nos primeiros anos de atividade. Cerca de 77,9% das empresas encerram suas operações antes de completar 4 anos, e menos de 1% chegam a completar 10 anos de vida. Esses números ressaltam a importância de políticas de apoio ao empreendedorismo, especialmente as que estão voltadas para quem está iniciando a sua jornada.

O setor empresarial brasileiro é caracterizado por uma grande diversidade de atividades, com o comércio

varejista de artigos do vestuário liderando com 7,73% dos CNPJs ativos. Outras áreas também se destacam, abaixo a lista das dez principais atividades registradas das empresas brasileiras:

- Comércio varejista de artigos do vestuário: 7,73%
- Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal: 4,66%
- Promoção de vendas: 4,22%
- Comércio varejista de bebidas: 3,99%
- Cabeleireiros, manicure e pedicure: 3,96%
- Instalação e manutenção elétrica: 3,95%
- Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares: 3,88%
- Obras de alvenaria: 3,59%
- Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente: 3,53%
- Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente: 3,50% - Fonte e mais informações: (https://bigdatacorp.com.br).

Proliferação de municípios, caminho tortuoso

Samuel Haruán (*)

Este é um ano de eleições municipais no Brasil. Serão eleitos 5.570 prefeitos e milhares de vereadores. A movimentação já começou e se intensificou na primeira semana de abril, fim da janela partidária, destinada a que os pré-candidatos se filiem a uma legenda ou migrem de uma sigla para a outra.

As eleições, livres e diretas, são a prova concreta da consolidação da democracia no país. Esse grande evento democrático, no entanto, costuma mascarar um problema grave do Brasil, quase nunca analisado com o cuidado que merece: a falta de criação de municípios ao longo das últimas três décadas e meia.

Quando a "Constituição Cidadã" foi promulgada, em 1988, o Brasil tinha 4.121 municípios. Desde então, foram criados outros 1.449 e atualmente são 5.570. Um aumento de 35%. O Censo 2020 do IBGE mostra que praticamente um quarto (24,48%) dos municípios brasileiros têm população menor que 5 mil habitantes. Outros 23,55% possuem entre 5 mil e 10 mil habitantes, número parecido (23,33%) dos municípios com população entre 10 mil e 20 mil pessoas.

Aqueles cuja população fica entre 20 mil e 50 mil habitantes somam 18,45%. Isso quer dizer que a imensa maioria (89,90%) é formada por municípios pequenos, sendo o menor deles Serra da Saudade, no Mato Grosso do Sul, onde vivem apenas 833 habitantes. O contraste é enorme com São Paulo, com seus 11,45 milhões de habitantes, o que faz da capital paulista a cidade mais populosa do Brasil.

Tão grave quanto o surgimento desenfreado de cidades autônomas é o fato de que mais de 80% dos municípios criados após a CF/88 não possuem condições de subsistência sem os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) - formado pela cotaparte do IR e do IPI - e da cota-parte dos impostos estaduais (ICMS) - 25% do total do estado são destinados aos municípios - e 50% do IPVA, também com destinação municipal conforme legislação vigente que disciplina e estabelece os critérios dos rateios.

É certo que municípios sem receitas não possuem capacidade econômico-financeira para realizar os investimentos necessários a fim de garantir serviços básicos de qualidade aos seus cidadãos, como saneamento, saúde, habitação, creches que permitam às mães trabalharem fora para ajudar no sustento familiar, mobilidade urbana - com calçadas adequadas para cadeirantes, gestantes e idosos -, segurança pública e educação.

Nada disso parece ter sido levado em conta, pois nesses 35 anos permitiu-se e até foi incentivada a criação de municípios, quase sempre para atender a interesses políticos, sem o correto dimensionamento de suas consequências. Quase nada é falado a esse respeito, principalmente sobre o efeito imediato: mais municípios significam mais gastos públicos.

Há que se considerar que, a cada novo município, são criados os vencimentos do prefeito, do vice, dos secretários, dos vereadores e dos servidores, e as despesas com toda a estrutura administrativa que requerem a Prefeitura e a Câmara Municipal. Aos gestores e suas equipes são reservadas as melhores remunerações, custeadas pela população, via pagamento de tributos. Vale lembrar que as candidaturas são financiadas pelo Fundo Eleitoral, cujos recursos chegam ao estratosférico valor de R\$ 4,9 bilhões.

É preciso considerar, ainda, o custo médio de um servidor municipal, da ordem de R\$ 4.000,00/mês, ou cerca de 2,8 salários mínimos, valor superior aos ganhos da maioria esmagadora da população. Hoje o número de vereadores e assessores em todo o Brasil supera 580 mil. Somando-se Executivo e Legislativo e contabilizando-se também os ocupantes desses cargos públicos e seus assessores, temos quase 730 mil pessoas custeadas pela máquina pública nos três níveis - Federal, Estadual e Municipal.

O número é infinitamente maior se considerarmos os funcionários públicos concursados e ocupantes de cargos em comissão. É óbvio que a proliferação de municípios contribui para aumentar a já gigantesca máquina pública, um setor que exige mais e mais recursos públicos para a sua manutenção. Para se ter uma ideia, em 2001 os gastos com o funcionalismo público brasileiro foram de R\$ 63,2 bilhões/ano. Menos de duas décadas depois, em 2018, somaram R\$ 298 bilhões/ano, um aumento nominal de R\$ 234,80 bilhões/ano.

Reportagem do jornal Folha de S. Paulo publicada em janeiro de 2024, mostrou que o déficit atuarial previdenciário dos servidores públicos atingiu R\$ 6 trilhões, valor equivalente a 93% da dívida pública líquida do país. O funcionalismo público municipal tem um custo correspondente a 4,2% do PIB nacional, ou seja, de R\$ 457 bilhões, em valores atuais. Em todos os níveis, as despesas com o funcionalismo público corresponderam, em 2022, a 12,80% do PIB.

É mais do que a soma de todos os gastos com educação, saúde e saneamento, que totalizam 9,63% do PIB. Uma conta muito alta, sem dúvida. Criar municípios indiscriminadamente, sem a análise profunda de critérios econômicos significa ampliar o número de cidades dependentes unicamente de verbas federais e estaduais, sem perspectiva concreta de desenvolvimento, subsidiando prefeitos fadados a atuar eternamente com o pires na mão, enquanto a população clama por serviços essenciais para uma vida digna.

Este não é, definitivamente, um caminho inteligente para um país que precisa retomar o rumo do desenvolvimento.

(*) - É engenheiro com especialização nas áreas de macroeconomia, administração de empresas e finanças, empresário, e foi vice-governador do Amazonas (1999-2002) - (https://samuelharuan.com.br).

AS PUBLICAÇÕES LEGAIS
NOS JORNAIS SÃO DATADAS E
AUTENTICADAS, SEM MARGEM
PARA ALTERAÇÃO POSTERIOR
DO CONTEÚDO DIVULGADO.
AFINAL, O JORNAL É LEGAL.



cenp

Associação Nacional de Jornais

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

abra legal

Associação Brasileira de Advogados e Exercentes Especiais em Direito

adjorib JORNAIS DO INTERIOR

Sergio Stephano Chohfi
Engenharia e Comércio S.A.

CNPJ nº 01.380.442/0001-33 - End: - Edital de Convocação AGO
Sergio Stephano Chohfi - Engenharia e Comércio S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ nº 01.380.442/0001-33, vem pelo presente publicar o Edital de Convocação publicado no Jornal Empresas e Negócios nos dias 08, 11 e 12 de junho de 2024, com o fim de corrigir erro tipográfico no material, para dele fazer constar a seguinte alteração: Onde se lê "2" - Aprovação das contas dos administradores e do Demonstrativo Financeiro relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. Leia-se: "2" - Aprovação das contas dos administradores e do Demonstrativo Financeiro relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. Preenchimento de formulário para eventual inclusão de documentos que se façam necessários. São Paulo, 13 de junho de 2024. Luciano Dito Chohfi - Diretor Presidente.

Empresas & Negócios

Publicidade Legal



BENNER SISTEMAS S.A.

CNPJ nº 02.268.025/0001-17
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO
Convidamos os Senhores Acionistas desta Sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 24 de junho de 2024, às 10h00min, na sede da Benner Sistemas S.A., localizada na Rua das Indústrias, nº 100, no bairro de São João, na cidade de São Paulo - SP, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) Preenchimento do Conselho de Administração e (II) demais assuntos. São Paulo, 12 de junho de 2024. A Diretoria.

Julho de 2024 de 17ª CV. Edital de Intimação de partes e Arrolamento Relação Nº 0266/2024. Processo 0039562-41/2024. 6.28.01.000 (processo principal 1023557-50/2014.8.26.0100) Cumprimento de sentença - Conversão (Partes) 1. Anulação/Imprevidibilidade de Bate - Condições: Edição: Gráfica: Autenticação: Flórida de Azeite - Editor de Intimação: Preço de 20 dias. Processo Nº 0039562-41/2024.8.26.0100 QJ) MM. Juiz(a) de Direito de 17ª CV, do Foro Central Cível, do 2º Juízo, Flórida de Azeite, no nome de Lei, etc. Paz. Sabe-se que o Edital de Intimação de partes e Arrolamento Relação Nº 0266/2024, publicado no Jornal Empresas e Negócios em 08, 11 e 12 de junho de 2024, com o fim de corrigir erro tipográfico no material, para dele fazer constar a seguinte alteração: Onde se lê "2" - Aprovação das contas dos administradores e do Demonstrativo Financeiro relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. Leia-se: "2" - Aprovação das contas dos administradores e do Demonstrativo Financeiro relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023. Preenchimento de formulário para eventual inclusão de documentos que se façam necessários. São Paulo, 13 de junho de 2024. Luciano Dito Chohfi - Diretor Presidente.

TERMO DE POSSE

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho de 2024, às 10h00min, a Sra. **Lucrecia Cristina Araújo de Oliveira**, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 1522252 SSP/DF, inscrita no CPF sob o nº 647.910.091-34, domiciliada na Avenida Engenheiro Luis Carlos Bertini, nº 1681, sala 41-B, Bairro Cidade Mongões cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04571-011, fora eleita para ocupar o cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia, por meio da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, neste ato toma posse no respectivo cargo para o qual foi eleito, cujo mandato vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da assinatura no Termo de Posse, no Livro de Atas do Conselho de Administração.

O Membro do Conselho de Administração eleito, Sra. **Lucrecia Cristina Araújo de Oliveira** declara, sob as penas da lei, neste ato, não estar impedida de exercer a administração da Companhia (i) por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade; (iii) por não atender aos requisitos de reputação ilibada estabelecido pelo §3º, do Art. 147, da Lei nº 6.404/76; e (iv) por ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não tem, nem representa, interesse conflitante com os da Companhia, na forma dos incisos I e II, do §3º, do Art. 147, da Lei nº 6.404/76.

Confere com o original, lavrado em livro próprio.
São Paulo/SP, 24 de junho de 2024

DocuSign by:

Lucrecia Cristina Araújo de Oliveira

Lucrecia Cristina Araújo de Oliveira
Membro do Conselho de Administração



TERMO DE POSSE

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho de 2024, às 10h00min, o Sr. **Severino Benner**, brasileiro, casado, contador, portador da carteira de identidade RG nº 57.572.146-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 418.097.269-72, residente e domiciliado na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, nº 1681, sala 41-B, Bairro Cidade Monções cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04571-011, fora eleito para ocupar o cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia, por meio da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, neste ato toma posse no respectivo cargo para o qual foi eleito, cujo mandato vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da assinatura no Termo de Posse, no Livro de Atas do Conselho de Administração.

O Membro do Conselho de Administração eleito, Sr. **Severino Benner** declara, sob as penas da lei, neste ato, não estar impedido de exercer a administração da Companhia (i) por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade; (iii) por não atender aos requisitos de reputação ilibada estabelecido pelo §3º, do Art. 147, da Lei nº 6.404/76; e (iv) por ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não tem, nem representa, interesse conflitante com os da Companhia, na forma dos incisos I e II, do §3º, do Art. 147, da Lei nº 6.404/76.

Confere com o original, lavrado em livro próprio.

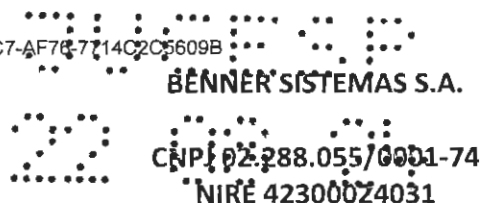
São Paulo/SP, 24 de junho de 2024

DocuSigned by:

Severino Benner

B5T12A47CD594F7...

Severino Benner
Membro do Conselho de Administração



TERMO DE POSSE

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho de 2024, às 10h00min, o Sr. **Robson Grippa**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 3.066.364-4 - SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 891.165.939-87, residente e domiciliado na Rua Daniel Pfaffendorf, 645, Bairro Vila Nova, Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89035-207, fora eleito para ocupar o cargo de Membro do Conselho de Administração da Companhia, por meio da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada nesta data, neste ato toma posse no respectivo cargo para o qual foi eleito, cujo mandato vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da assinatura no Termo de Posse, no Livro de Atas do Conselho de Administração.

O Membro do Conselho de Administração eleito, Sr. **Robson Grippa** declara, sob as penas da lei, neste ato, não estar impedido de exercer a administração da Companhia (i) por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade; (iii) por não atender aos requisitos de reputação ilibada estabelecido pelo §3º, do Art. 147, da Lei nº 6.404/76; e (iv) por ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, bem como não tem, nem representa, interesse conflitante com os da Companhia, na forma dos incisos I e II, do §3º, do Art. 147, da Lei nº 6.404/76.

Confere com o original, lavrado em livro próprio.

São Paulo/SP, 24 de junho de 2024

DocuSigned by:

Robson Grippa

80E8FFCB7C61487...

Robson Grippa
Membro do Conselho de Administração